

AMBULATÓRIO TRANS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

ALANA VICTÓRIA SILVA ROSTIROLLA¹; LUISA LISLIE BOTH GRIEBLER²;
MIRYAN BERGAMINI MEIRELES³; HUDSON CRISTIANO WANDER DE
CARVALHO⁴

¹Universidade Federal de Pelotas – alanarostirolla@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – luisagriebler@gmail.com

³Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – miryan.meireles@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – hdsncarvalho@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem objetivos diversos. Sob uma perspectiva institucional, pretendemos apresentar a política pública que possibilitou a criação de Ambulatórios Trans no Brasil, assim como mostrar o processo de consolidação e o fluxo do Ambulatório Trans do Hospital Escola (HE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPe), localizados no Centro de Epidemiologia Amílcar Gigante. Sob uma perspectiva localizada (HARAWAY, 2009), pretendemos trazer algumas reflexões do papel da Psicologia e, mais especificamente, a partir das nossas vivências como estagiárias de Psicologia Clínica no referido cenário. Assim, a escrita ora se dá de modo mais tradicional e distante, ora escrevemos em primeira pessoa do plural.

Os Ambulatórios Trans são dispositivos de saúde presentes no Sistema Único de Saúde (SUS) que visam construir um espaço institucional de cuidado integral às pessoas transvestigêneres. Eles encontram-se em processo de consolidação no Brasil e refletem a operacionalização da política instituída por meio da Portaria nº 2.803/2013. Esta redefiniu e ampliou o Processo Transsexualizador como um conjunto de procedimentos a ser oferecido por meio do SUS, que consistem em atendimentos clínicos, atenção pré e pós-operatória e hormonioterapia e deve contar com uma equipe de, minimamente, um/a profissional de saúde mental (psicologia ou psiquiatria), um/a endocrinologista ou clínico/a geral, um/a assistente social e um/a enfermeiro/a. Além disso, deve possuir alvará de funcionamento e estar credenciado, enquadrando-se nas normas e legislações em vigor e dispor de materiais e equipamentos em bom estado de conservação e funcionamento (BRASIL, 2013). No contexto do estágio em questão, o Serviço Escola de Psicologia da UFPe estabeleceu um contrato de parceria com o Ambulatório Trans do Hospital Escola (HE) da UFPe e por meio dos estágios curriculares com ênfase em Psicologia Clínica do 9º e 10º período, nós (as duas primeiras autoras desse resumo) passamos a integrar a equipe.

Atuamos nesse espaço oferecendo o acolhimento inicial, atendimentos psicoterápicos semanais e participando do grupo de usuários do serviço. Nossa escuta clínica é fundamentada pela perspectiva existencial-fenomenológica em diálogo com as epistemologias decoloniais e feministas. Segundo FORGHIERI (1993), a abordagem existencial-fenomenológica concebe que, embora soframos com as circunstâncias do contexto em que habitamos, conseguimos adaptarmos num movimento dialético entre o ser e o mundo, estes existindo em relação de dependência, sendo o *ser-no-mundo* a estrutura originária e total. A existência é um processo de abertura à percepção e compreensão do *ser-no-mundo*. Isso condiciona o humano à liberdade, proporcionando-lhe uma ampliação dos processos relacionais. Quanto maior for a nossa abertura às experiências, maior serão as possibilidades de construções de projetos existenciais.

2. METODOLOGIA

Em vista do funcionamento do espaço, as/os usuárias/os são encaminhadas/os dos serviços primários de saúde da rede municipal ou através da Secretaria Municipal de Saúde até o Ambulatório Trans. Atualmente temos a capacidade de acolher um/a paciente novo/a por semana. O ambulatório está em funcionamento nas segundas-feiras à tarde e nas sextas-feiras pela manhã, quando chegam as novas pessoas para atendimento. Quando chegam ao local, são recebidas pelos/as profissionais da psicologia, assistência social, enfermagem e endocrinologia. Nós realizamos os primeiros atendimentos das pessoas que estão ingressando no ambulatório, abrindo um espaço dedicado a acolher e ouvir em um primeiro momento, buscando entender como elas se encontram, conhecer as suas histórias e as suas demandas em relação aos serviços disponíveis na instituição para realizar os encaminhamentos necessários. Durante esse primeiro acolhimento são realizados uma série de questionários, entre eles estão o ASSIST (Alcohol, Smoking and Substance Involvement Screening Test) para rastrear o uso de álcool, tabaco e outras substâncias; o AUDIT (Alcohol Use Disorders Identification Test) para conhecer sobre as condições de uso de álcool; o Teste de Fagerström para identificação da dependência de nicotina; o Patient Health Questionnaire-9 (PHQ-9) para rastrear sintomas depressivos; a Escala Hospitalar para Ansiedade e Depressão (HAD) para avaliar os sintomas ansiosos e depressivos e o DASS-21 (Depression, Anxiety and Stress Scale) para avaliar sintomas depressivos, ansiosos e estressores.

Como atividades do estágio, são realizados atendimentos individuais na modalidade de psicoterapia, reuniões com a equipe do Ambulatório (também chamados de *rounds*), atendimentos conjuntos com a preceptoria da psicóloga do serviço e reuniões com o Grupo T, organizado pela própria equipe e pessoas usuárias. Os atendimentos individuais são realizados com usuárias/os do serviço que apresentam demanda por psicoterapia, acontecendo com a periodicidade semanal e com a duração de 50 minutos cada sessão, nas dependências do Serviço Escola de Psicologia da UFPEL. E isso, durante o período de dois semestres letivos, compreendido em até 8 meses. Em paralelo, os atendimentos individuais com a psicóloga do serviço na modalidade de acompanhamento psicológico também buscam avaliar os processos singulares de cada pessoa, com frequência quinzenal ou mensal. As reuniões com a equipe têm a finalidade de compartilhar o andamento dos casos das pessoas em atendimento no ambulatório no intuito de construir encaminhamentos alinhados a estratégias de cuidado em uma perspectiva integral. Quanto às reuniões do grupo, elas acontecem com frequência mensal e são pensadas para a discussão de temáticas relacionadas aos processos do ambulatório e das pessoas em atendimento, contando com a participação de alguma profissional para conduzir as dinâmicas do encontro. Como parte do estágio, duas vezes por semana nos reunimos com o supervisor acadêmico a fim de discutir os casos e avançar em leituras pertinentes.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Ambulatório Trans está compreendido pela modalidade ambulatorial de acordo com as diretrizes da Lei Federal nº 8.080 de 1990 que dispõe sobre as

ações e serviços de saúde compreendidos pelo SUS (BRASIL, 1990). Os serviços ambulatoriais estão enquadrados no nível de assistência de média complexidade em que são oferecidos atendimentos em múltiplas especialidades. Para acessar os serviços oferecidos pelo Ambulatório Trans é necessário encaminhamento da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) ou das Unidades Básicas de Saúde (UBSs), as quais constituem a atenção primária à saúde e são porta de entrada para os demais serviços de saúde pública do município.

Além do primeiro acolhimento, os usuários do serviço também podem ser encaminhados para atendimento individual e semanal, caso sintam necessidade e/ou interesse. Sobre a modalidade clínica, a autora FAVERO (2022, p.4) destaca: “a categoria “trans” também não deve ser vista como um grupo. Essas pessoas não se tratam de um bloco, de uma narrativa única e estável”. Nesse sentido, devemos entrar em contato com os fenômenos subjetivos apresentados naquele espaço, suspendendo uma atitude natural e heterocisnormativa, distanciando-nos também de uma perspectiva psicopatológica sobre esses corpos (FAVERO,2022).

Nos atendimentos individuais, nós buscamos a fundamentação teórico-metodológica na abordagem existencial-fenomenológica para compreender experiências compartilhadas pelas pessoas em atendimento, principalmente por meio da redução fenomenológica, pois para compreender o humano, segundo MERLEAU-PONTY (1973, p. 22): “é-lhe necessário suspender o conjunto de afirmações implicadas nos dados de fato de sua vida”. Entretanto, tal suspensão não se dá na negação do vínculo que temos com o mundo físico, social e cultural, mas no sentido de nos tornarmos conscientes dele para que compreendamos nossa existência como uma possibilidade entre muitas outras (MERLEAU-PONTY, 1973). As atividades do estágio também englobam a realização de supervisões clínicas semanais para a discussão dos casos e o aperfeiçoamento das práticas clínicas de cada aluna. E ainda são realizadas reuniões semanais com grupo de estudos onde conduzimos discussões a partir de leituras para dar sustentação teórico-metodológica à prática clínica, com ênfase na abordagem existencial-fenomenológica no âmbito da psicologia.

Já no Grupo T, participam os/as profissionais do serviço, as estagiárias, o professor supervisor do estágio, os/as residentes em endocrinologia e os/as usuários/as que tiverem interesse. Nesses encontros, trabalhamos com temáticas pré-definidas, trazendo especialistas para falarem sobre determinados assuntos como advogados, infectologistas e endocrinologistas. Como também proporcionamos uma abertura a partir de uma dinâmica não diretiva, possibilitando que o grupo possa trazer aquilo que esteja atravessando os/as seus/suas integrantes naquele momento, confluindo vivências pregressas e atuais, receios, avanços e retrocessos no que se relaciona aos direitos humanos, sociais, civis e políticos de pessoas transgênero no Brasil. O grupo funciona também como uma rede de apoio entre os/as usuários, pois dentro de uma sociedade cisheteronormativa, ele aparece como um espaço que acolhe a pluralidade de existências, entretanto, se reconhecem em suas singularidades e exercem ações interativas (OSÓRIO, 2003).

4. CONCLUSÕES

Concluimos esse trabalho, ressaltando o quão transformadora foi nossa experiência de estágio dentro do Ambulatório Trans, pois, por meio desta, adquirimos experiências em variadas modalidades de atendimento, como primeiro acolhimento, tratamento psicoterápico e atendimentos em grupo. Além disso,

também percebemos a importância de uma prática multidisciplinar numa perspectiva de clínica ampliada, atuando em conjunto com diferentes profissionais do ambulatório.

Atualmente, nosso estágio de clínica está perto de sua finalização, mas o Ambulatório Trans permanece como campo de estágio dentro da Psicologia na UFPEL, recebendo 3 estagiários no próximo semestre. Ressaltamos, por fim, a importância de estarmos abertos para uma escuta qualificada e livre de julgamentos prévios, abrindo-nos para o fenômeno da forma que este se apresenta.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Assistência de Média e Alta Complexidade no SUS**. Brasília: CONASS, 2007.

BRASIL. Portaria no. 2.803 de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1990.

FAVERO, S. “Como Atender Travestis e Pessoas Trans?”: (Des)cisgenerizando o Cuidado em Saúde Mental. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.66, p.1-15, 2022.

FORGHIERI, Y.C. **Psicologia Fenomenológica**: Fundamentos, Método e Pesquisas. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

HARAWAY, D. **Saberes localizados**: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 2009.

MERLEAU-PONTY, M. O Problema das Ciências do Homem Segundo Husserl. In: **Ciências do Homem e Fenomenologia**. São Paulo: Editora Saraiva, 1973.

OSÓRIO, L. C. **Psicologia Grupal**: Uma nova disciplina para advento de uma era. Porto Alegre: Artmed, 2003.